

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE PSICOLOGIA**

**INTERVENÇÃO DE PSICOLOGIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM**  
**SITUAÇÃO DE RUA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO**

**WÉRYKA CRISTINA DA SILVA DANTAS**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2016**

**WÉRYKA CRISTINA DA SILVA DANTAS**

**INTERVENÇÃO DE PSICOLOGIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE RUA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Campina Grande, em cumprimento às  
exigências para obtenção do título de  
bacharel em Psicologia, sob orientação da  
Professora Dr<sup>a</sup> Suenny Fonsêca de  
Oliveira.**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2016**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial "Tereza Brasileiro Silva"-  
UFCG**

D192i

Dantas, Wéryka Cristina da Silva.

Intervenção de psicologia com crianças e adolescentes em situação de rua: relato de experiência de estágio/Wéryka Cristina da Silva Dantas. - 2016.

40 f. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Referências.

Orientador: Suenny Fonsêca de Oliveira.

1.Programa Ruanda. 2.Estágio. 3.Intervenção. 4.Psicologia. 5. Crianças e adolescentes em situação de rua. I. Oliveira, Suenny Fonsêca de. II. Título.

BSTBS/CCBS/UFCG

CDU 159.964.2: 362.74 (813.3)

WÉRYKA CRISTINA DA SILVA DANTAS

INTERVENÇÃO DE PSICOLOGIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM  
SITUAÇÃO DE RUA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

APROVADO EM: 25 / 05 / 2016

NOTA: 9,0

BANCA EXAMINADORA

Suenny Fonsêca de Oliveira

Prof. Dr.ª Suenny Fonsêca de Oliveira

Orientadora

Maristela de Melo Moraes

Prof. Dr.ª Maristela de Melo Moraes

Examinadora

Flávio Antônio Santos

Prof. Ms. Flávio Antônio Santos

Examinador

*Dedicado à todas as crianças e  
adolescentes em situação de rua atendidas  
pelo Programa Ruanda.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus avós maternos, vovô Sinésio, vovó Nicinha e vovó Cebolão (*in memorian*), e aos meus avós paternos, vovô Cleto e vovó Isaura, por acompanharem com muito orgulho a minha caminhada e por sempre me incentivarem bastante a me dedicar aos estudos. Receber o boletim ao final do bimestre era como receber um troféu que orgulharia vocês.

Agradeço ao meu pai Cloves e minha mãe Marcia por terem lutado tanto para me dar a melhor educação que eu poderia ter. Pelo meu castigo lá no jardim II que me fez entender que estudar é um compromisso e por isso é preciso dedicação.

Agradeço aos meus irmãos Kinho e Lelinha por sempre serem meu acaento na escola e por terem me ensinado tanto ao longo da vida. Talvez minha timidez fosse dolorosa sem vocês comigo na hora do intervalo, mas graças a vocês foi moleza.

Agradeço a minha *sister (-in-law)* Carla pela parceria nos trabalhos acadêmicos e na vida e por ter me dado o melhor presente do mundo: meu sobrinho Rudá, minha fonte de alegria aos finais de semana, o meu homem-aranha predileto. Muito obrigada!

Agradeço ao meu namorado Andrei pela paciência nas minhas crises de estresse, pelo afago para conter meu choro desesperado e fatalista diante das contingências, pelo carinho, amor e dedicação que tem a mim. Obrigada, amor.

Agradeço ainda aos meus tios e primos por todo carinho e motivação nessa etapa final.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial à minhas amigas, Vanessa, Aline, Ana Karen, Raissa (*in memorian*), Isla, Becca, Edna, Nycolly, Maria Luiza, Jullyanna,

Samara, Samilly, Jhuana, Amanda, Jamilly, Raquel, Laís, Renally, Rafinha e Ana Carolina, e aos meus amigos Abu, Rafael, João, Junior, Matheus Paiva, Matheus Dourado Breno e Thales, por todo companheirismo e momentos de descontração ao longo de todo este percurso.

Agradeço a minha querida e inesquecível professora de História, Paula Sampaio, por até ocupar a função de me ensinar na vida e por me indicar textos maravilhosos para embasar meu TCC. Obrigada, Paula, essa construção também é sua!

Agradeço a todos os meus professores com quem tive a oportunidade de estudar, em especial, Juliana Sampaio, Valquiria Nogueira, Flavia Fernando, Juliane Dominoni, Tiago Iwasawa, Betânia Amorim, Cleide Monteiro, Edmundo Gaudêncio e Isabela Arteiro.

Ofereço toda minha gratidão à Suenny Fonsêca, Maristela Moraes, Flávio Santos, Paulo Dantas e Ana Beatriz Medeiros, por terem vivenciado comigo todas as minhas angústias, alegrias, conquistas e obstáculos durante o estágio. Enfim, por terem me apoiado durante essa etapa tão importante da minha formação. Vocês são parte desse trabalho, sem vocês tudo seria mais difícil.

Agradeço a equipe de educadores sociais do Programa Ruanda, em especial à Valéria, Evânia, Lourdinha, Wellington e Ana Maria, pela disposição de me apresentar todo o funcionamento do programa e pelo apoio durante as intervenções.

Por fim agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram na minha caminhada até aqui.

## **Resumo**

O presente trabalho visa descrever as intervenções psicossociais realizadas durante os Estágios Supervisionados Específicos I e II, e registradas por meio da abordagem qualitativa e da técnica da observação participante em diário de campo. Os materiais utilizados nas intervenções foram: papel ofício, lápis de cor, lápis grafite, cola colorida atóxica, glitter e giz de cera. Os procedimentos utilizados primaram pelo uso da criatividade durante o desenho livre, a percepção através da construção do origami e capacidade de realizar projeções futuras através do desenho dirigido. As atividades tiveram como objetivo estabelecer vínculo entre as estagiárias e as crianças e adolescentes em situação de rua que eram assistidas pelo Programa Ruanda. Além disso objetivou-se também proporcionar diálogo entre as estagiárias e as crianças e adolescentes atendidas pelo Programa Ruanda; oferecer, ainda que minimamente, acesso à informação, lazer e cultura; e, por fim, propiciar aos usuários do programa um espaço de expressão dos sentimentos, pensamentos e sonhos. A Psicologia Social Comunitária somada aos elementos da Arte-identidade como técnica expressiva possibilitou a criação de vínculo e aproximação das realidades vividas pelas crianças e adolescentes em situação de rua. Os adolescentes se expressaram espontaneamente através da pintura permitindo a criação do vínculo individual entre cada participante com as estagiárias e possibilitando o fortalecimento do vínculo entre os membros do grupo. Durante o processo vivencial foi possível perceber que o Programa Ruanda é a porta de entrada para o sistema de garantia de direito para essas crianças e adolescentes em situação de rua e parece ser o único serviço implicado com a questão.

Palavras-chave: Programa Ruanda; estágio; intervenção; Psicologia; crianças e adolescentes em situação de rua;



## **Abstract**

This present paper aims to describe the psychosocial interventions realized during the Estágios Supervisionados Específicos I e II, which was registered through the qualitative approach and the technical participant observation in the field journal. The materials used in the interventions were: foolscaps, graphite and colored pencils, non-toxic colored glue, glitter, and crayons. The procedures prioritized the use of creativity during the free drawing activity, the perception through the building of origamis and the capability of realizing future projections through directed drawings. The activities had as objective to establish a bond between the student teachers and the children and adolescents in street situation which were assisted by the Programa Ruanda. Besides that, there was an intent of making possible the dialog between the student teachers and the children and adolescents in street situation which were assisted by the Programa Ruanda; to offer, even if minimally, access to information, leisure and culture; and, at last, to propitiate to the users of the program a space where feelings, thoughts, and dreams could be expressed. The Social Community Psychology added to the elements of Art-identity as expressive technique made possible the bond-making and proximity to the realities lived by the children and adolescents in street situation. The adolescents spontaneously expressed themselves through paintings, making possible the creation of individual bonds between each participant and the student teachers, enabling the fortification of the bond between the members of the group. During the living experience, it was possible to perceive that the Programa Ruanda is the gateway between the system of rights ensuring for these children and adolescents in street situation, seeming to be the only service involved with the question.

**Keywords:** Programa Ruanda; student teachers; intervention; Psychology; children and adolescents in street situation.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>1. A trajetória da Assistência Social no Brasil: da filantropia ao direito.....</b>	<b>13</b>
1.1. Programa Ruanda.....	18
<b>2. Breve histórico sobre as crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil.....</b>	<b>20</b>
<b>3. Atuação da Psicologia no Programa Ruanda: relato de experiência de estágio .....</b>	<b>26</b>
3.1. Diagnóstico Situacional do trabalho no Programa Ruanda.....	27
3.2. Intervenções da Psicologia no Programa Ruanda .....	31
<b>4. Considerações Finais.....</b>	<b>34</b>
<b>5. Referências.....</b>	<b>36</b>
<b>Apêndice</b>	

## **Introdução**

O Programa Ruanda é um serviço criado pelo município de Campina Grande destinado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua através da abordagem de rua ao longo do centro da cidade. Na maioria dos casos, as crianças e adolescentes desenvolvem na rua trabalho de coleta de materiais recicláveis, limpeza de para-brisas, pequenos delitos, mendicância e uso e abuso de drogas.

O programa possui seu próprio regimento interno e utiliza como aporte teórico a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Brasil, 1993), que, através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, visa garantir atendimento às necessidades básicas dos seus usuários. A Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) que tem como proposta realizar, de forma integrada, as políticas setoriais, considera todas as desigualdades sociais, econômicas e territoriais possíveis para promover seu enfrentamento e garantir os mínimos sociais (moradia, alimentação, educação, saúde e lazer). Tal enfrentamento é efetivado através serviços, projetos, programas, benefícios (Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família, Auxílio Moradia, etc.), considerando a necessidade de inclusão e equidade dos usuários. E por último, mas não menos importante, o Programa Ruanda também é embasado no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Brasil, 1990) que tem como objetivo a proteção à integridade da criança e do adolescente no Brasil, combatendo, por exemplo, as violações de direitos e garantindo direitos básicos a essa população.

A construção deste relato de experiência se deu a partir das atividades realizadas durante os Estágios Supervisionados Específicos I e II que tiveram duração de dois semestres. As intervenções realizadas durante todo o estágio tiveram como embasamento teórico-metodológico a Psicologia Social Comunitária que, através dos elementos da

Arte-identidade, teve como objetivo analisar a linguagem e representações sociais das crianças e adolescentes em situação de rua com o objetivo de criar a identidade grupal através da arte como ferramenta de expressão dos afetos e emoções.

Diante da escassa produção acadêmica relacionada a atuação da Psicologia na Assistência Social, especialmente no que tange as intervenções com crianças e adolescentes em situação de rua, a construção deste relato teve como compromisso visibilizar prática desenvolvida como um referencial técnico-científico na academia, bem como compromisso ético-político frente a vulnerabilidade social das crianças e adolescentes em situação de rua, buscando o enfrentamento da problemática através da construção de espaços de diálogo com essa população marginalizada socialmente.

Este trabalho refere-se a um relato de experiência que descreve as intervenções psicossociais utilizadas no estágio, registradas por meio de uma abordagem qualitativa e da técnica da observação participante em diário de campo. Os materiais utilizados nas intervenções foram: papel ofício, lápis de cor, lápis grafite, cola colorida atóxica, glitter e giz de cera. Os procedimentos utilizados primaram pelo uso da criatividade durante o desenho livre, a percepção através da construção do origami e capacidade de realizar projeções futuras através do desenho dirigido.

As atividades tiveram como objetivo estabelecer vínculo entre as estagiárias e as crianças e adolescentes em situação de rua que eram assistidas pelo Programa Ruanda. Além disso objetivou-se também proporcionar diálogo entre as estagiárias e as crianças e adolescentes atendidas pelo Programa Ruanda; oferecer, ainda que minimamente, acesso à informação, lazer e cultura; e, por fim, propiciar aos usuários do programa um espaço de expressão dos sentimentos, pensamentos e sonhos.

## **1. A trajetória da Assistência Social no Brasil: da filantropia ao direito**

O costume de prestar assistência ao outro existe na história da humanidade há muito tempo, antes mesmo da civilização judaico-cristã e da sociedade capitalista. Pobres, viajantes e doentes faziam parte do grupo a quem eram oferecidos o assistencialismo, sob a perspectiva de entre a humanidade nunca deixarão de existir os mais fracos, que, portanto, necessitam da misericórdia do outro para receber ajuda.

Durante a civilização judaico-cristã, a ajuda passa a ser compreendida como caridade e benemerência ao próximo enquanto uma conduta moral a ser seguida. Para tanto, grupos filantrópicos e religiosos começaram a se estruturar, originando assim, as instituições de caridade.

Até 1930 a sociedade brasileira entendia a pobreza não como uma questão social, mas como uma disfunção pessoal dos sujeitos, a pobreza era tratada como doença. Para tanto, o atendimento a este público se dava através de encaminhamentos para asilos e hospitais. Foi em 1543 que o primeiro hospital do Brasil e da América Latina foi construído, a Santa Casa da Misericórdia de Santos. Como se sabe, as instituições hospitalares das Santas Casas de Misericórdia eram referência no acolhimento dos pobres.

Com a crise econômica mundial em 1929, o Estado passou a compreender a pobreza enquanto questão social. Durante o Movimento de 1930, que resultou com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da república, instaurou-se o processo de regulamentação das relações de trabalho com o intuito de modificar a luta de classes pela colaboração de classes e para isto, algumas medidas precisaram ser tomadas.

No âmbito do trabalho, o Governo Vargas criou o Ministério do Trabalho (1930) e a Carteira de Trabalho (1932), que se tornou o símbolo da cidadania brasileira, uma vez que apenas assalariados tinham seus direitos assegurados, desde os auxílios doença e maternidade até a aposentadorias e pensões. Getúlio criou também os Institutos de

Aposentadorias e Pensões (IAP's), que através das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP's), ampliou o sistema público da previdência na tentativa garantir ao mercado de trabalho proteção aos riscos ligados à perda da capacidade laboral (doenças, invalidez, velhice e morte) que os trabalhadores estavam expostos. Para isso, o Estado realizava dois tipos de intervenção: campanhas sanitárias e a medicina previdenciária (ligada aos IAP's, voltada para o atendimento restrito de contribuintes das zonas urbanas do país).

Percebe-se que a maioria dos benefícios sociais eram restritos apenas a trabalhadores formais. Segundo Sposati (2007, as cited in Carvalho, 2008), no pensamento liberal permanecia a ideia moral que considerava que oferecer benefícios ao trabalhador formal era uma forma de disciplinar e incentivar o trabalho às pessoas que realizavam atividades informais, as quais eram consideradas vadias. Restando aos desempregados apenas as instituições filantrópicas.

Somente no dia 1 de julho de 1938 com o decreto de lei nº 5356 instituindo o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), a assistência social passa a existir na atuação governamental. Entretanto, o conselho, que era composto por sete membros, não possuía nenhum um tipo de participação social, cabendo a estes sete conselheiros elaborar os inquéritos sociais, analisar as adequações de entidades sociais e seus pedidos de isenções e elencar as demandas dos mais desfavorecidos. Além do mais, o CNSS não chegou a ser um organismo atuante, na realidade se tornou um espaço para manipulação de verbas e subvenções, sendo mais um mecanismo de clientelismo político.

Anos mais tarde, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, passou a exercer funções que antes eram do CNSS. Dando início a cultura do “primeiradismo” - marcado pela presença das esposas de políticos no âmbito do assistencialismo – a primeira dama Darcy Vargas coordenou a primeira grande instituição de assistência social no Brasil. Inicialmente a legião tinha com o intuito de reunir as organizações

assistenciais de boa vontade e nucleada por todo o país para atender às famílias dos pracinhas (militares combatentes na Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945). Após o ano de 1946, a instituição passou a proporcionar serviços voltados à maternidade e à infância, inaugurando postos de serviços segundo os interesses, apoios e conveniências, buscando a legitimação do Estado junto aos pobres.

Como aponta Carvalho (2008), até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência social não era prevista como um direito constitucional, sendo sua prática ancorada no assistencialismo de grupos específicos (indigentes, desvalidos, desempregados, etc.). Permanecendo ainda o “dever de trabalhar” como base para o acesso a maioria dos direitos sociais. À assistência sobrava os resquícios de recursos ligados à saúde ou a previdência; sendo considerada a “prima pobre” no contexto das políticas públicas.

Durante a década de 80, os debates que antecederam a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, se tornou indiscutível a necessidade da inclusão da assistência social enquanto política integrante da seguridade social. Ao lado da previdência social e da saúde, a assistência social integraria o tripé com o objetivo de assegurar a proteção social dos desamparados. Para que a integração fosse garantida na proposta da carta magna de 1988, diversas articulações e debates aconteceram ao longo do Brasil. O Serviço Social articulou-se para fortalecer o nascimento da política como um direito social. Segundo Sposati (2007, as cited in Carvalho 2008), a concepção do termo seguridade social envolve a ideia de garantir os direitos sociais de toda população, sendo papel do Estado prover essa garantia independente da capacidade contributiva de cada cidadão.

A Constituição Federal de 1988 é considerada um divisor de águas no que diz respeito aos direitos à cidadania. Tendo como um de seus objetivos essenciais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; primando pela erradicação da

pobreza e da marginalização, para alcançar a redução das desigualdades sociais. Nessas circunstâncias, a assistência, pela primeira vez em toda história do país, foi reconhecida enquanto direito social, como pontua o artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988):

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Foi em 1993, após 5 anos da legitimação da assistência enquanto direito previsto na carta magna de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é regulamentada como política social pública, a assistência social inicia seu processo de transição para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Amparada pela LOAS (Brasil, 1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) após amplos debates nacionais demarcados pelas críticas à política editada em 1998. Segundo Couto (2012), o debate nacional acerca das imprecisões apresentadas na política de 98 e sobre a necessidade de elaborar claramente os parâmetros da PNAS, desde seus objetivos principais até a viabilização do acesso ao direito à assistência.

Na PNAS (Brasil, 2004), a assistência social é concebida como um direito de cidadania, com o intuito de garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais mais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social. Após a criação da PNAS (Brasil, 2004), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), aprovado em 2005, surgiu com a proposta de estabelecer, assim como o Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outras diretrizes: a descentralização político-administrativa, o atendimento destinado a todo e qualquer cidadão que de seus serviços necessitar, independentemente de sua contribuição à previdência social e a participação social. Segundo Cruz e Guareschi (2012) o SUAS visa a unificação das ações da Assistência Social nos três níveis



federais, efetivando as diretrizes da LOAS. As autoras também apontam que o SUAS reafirma o caráter de política pública de garantia de direitos a que a Assistência Social se propõe, divergindo e destituindo o histórico assistencialista do “primeira-damismo”.

O SUAS se apresenta como uma forma de gestão da assistência social e se organiza os dispositivos públicos de proteção social em níveis de complexidade: a proteção social básica (baixa complexidade) e proteção social especial (média e alta complexidade). A proteção social básica destina-se a prevenção de situação de risco por meio do desenvolvimento das potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Têm como público-alvo a população em situação de vulnerabilidade social decorrente não só da pobreza, mas também da dificuldade de acesso aos serviços públicos e da fragilização dos vínculos afetivos. Neste nível de proteção social prevê-se o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência de famílias e sujeitos. São serviços de proteção social básica o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Convivência do Idoso.

Já a proteção social especial é destinada ao atendimento de famílias e indivíduos que se encontram situação de risco pessoal e/ou social, seja por maus tratos (físicos ou psíquicos), abuso sexual, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de trabalho infantil, entre outros. Atendem a situações que requerem acompanhamento individual e maior destreza nas soluções protetivas, que envolve, por exemplo, encaminhamento acompanhado e articulação com a rede de assistência social que assegurem a proteção social. Os serviços de proteção especial são extremamente interligados ao sistema de garantia de direitos, necessitando muitas vezes da comunicação com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos do Executivo. São serviços da proteção social especial de média complexidade: o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), abordagem de rua, Centro de Referência

Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Na proteção social especial de alta complexidade estão os abrigos (Casa da Esperança I e II, Casa de Passagem I e II).

Durante de toda a história do Brasil é possível encontrar a vulnerabilidade social e as situações de risco em todas as fases da vida. No entanto, há apenas 23 anos a assistência social se constituiu como direito o que, apesar de todos os impasses e atropelos que encontramos na prática da assistência social (cargos ocupados por indicação política, “primeira-damismo”, falta de capacitação para os profissionais, etc.), torna compreensível a dificuldade em solucionar 516 anos de violação de direitos e vulnerabilidade social. Muito se tem que avançar no campo das discussões ainda, no que se refere a conquista de direitos trabalhista, sobre o fim da influência da política no funcionamento dos serviços e seus contratados e sobretudo na participação social das comunidades.

### **1.1. Programa Ruanda: cuidando das crianças e adolescentes de rua de Campina Grande**

O Programa Ruanda, segundo Barbosa (2014), foi criado em 2001, pelo então prefeito de Campina Grande - PB, Cássio Cunha Lima, em um período que o número de crianças e adolescentes no centro da cidade aumentava progressivamente. A priori, o projeto tinha como objetivo a realização de um cadastro de meninos e meninas em situação de rua, como forma primária de levantamento de informações sobre o público, uma vez que a problemática até então não era enfrentada. São objetivos do programa:

- a) atender os meninos e meninas que vivem nas ruas de Campina Grande;

b) propiciar a inclusão familiar e comunitária dessas crianças, assegurando-lhes a utilização dos serviços públicos adequados;

c) oferecer atividades socioculturais, educativas e de lazer nas ruas e praças da cidade;

d) realizar encaminhamentos de meninos e meninas às famílias e programas de atendimento no município;

e) realizar acompanhamento familiar através de visitas domiciliares.

Os bairros de maior incidência de evasão para o centro são considerados pertencentes a áreas de baixos índices socioeconômicos, são eles: José Pinheiro (o maior número de crianças devido a sua proximidade ao centro de Campina Grande), Monte Santo, Nova Brasília, Centenário, Santa Terezinha, Catolé, Pedregal, Monte Castelo, Glória II, Araxá e Santo Antônio, além dos municípios de Alagoa Nova, Lagoa de Roça e Queimadas (região metropolitana de Campina Grande. As principais atividades realizadas por essas crianças e adolescentes são: mendicância, uso e abuso de drogas, prostituição, pequenos furtos e perambulação.

O programa possui seu próprio regimento interno e possui como aporte teórico a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Brasil, 1993), que, através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, visa garantir atendimento às necessidades básicas dos seus usuários. A Política Nacional de Assistência Social-PNAS (Brasil, 2004) que tem como objetivo principal realizar, de forma integrada, às políticas setoriais, levando em conta todas as desigualdades sociais, econômicas e territoriais possíveis para então promover seu enfrentamento e garantir os mínimos sociais (moradia, alimentação, educação, saúde e lazer). Tal enfrentamento se dará via serviços, projetos, programas, benefícios (Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família, Auxílio Moradia, etc.), considerando a necessidade de inclusão e equidade dos usuários, e desta forma garantir o

acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, seja na área urbana ou rural. E por último, mas não menos importante, o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Brasil, 1990) que tem como objetivo a proteção à integridade da criança e do adolescente no Brasil, combatendo, por exemplo, as violações de direitos e garantindo os mínimos sociais a essa população.

## **2. Breve histórico sobre as crianças e adolescente em situação de rua no Brasil**

Apesar dos dados históricos relacionados especificamente à crianças e adolescentes em situação de rua serem escassos, é facilmente encontrado na história do Brasil registros sobre as crianças e adolescentes negligenciados e abandonados, que eram pejorativamente chamados de enjeitados. Contudo, falar sobre crianças e adolescentes abandonados e institucionalizados também é falar em situação de rua. No Brasil, historicamente, as instituições que atendem crianças e adolescentes possuem duas características marcantes de trabalho: abrigar e disciplinar.

Durante o período colonial (séc. XVII e XVIII), a Coroa Portuguesa contava com o trabalho dos jesuítas para a catequização da população indígena na colônia, sendo as crianças público-alvo do ensino religioso, os padres jesuítas construíram, em 1551, a primeira Casa de Recolhimento que, em nome da civilização, abrigavam índias e índios ainda crianças com o intuito de “salvá-los” de sua própria cultura, batizando-os e separando-os de seu povo, considerados selvagens e primitivos pelos jesuítas. Acreditava-se que ao isolar a criança de seu contexto social seria mais fácil assimilar a cultura e religião portuguesa.

Ao final do período colonial, as autoridades brasileiras começaram a se preocupar com o crescente abandono de bebês em Salvador, Bahia, que em sua maioria eram

largados no período da noite, sendo mortos por cães e/ou outros animais. Diante da situação, foi requerido à Coroa a permissão para se estabelecer a primeira Roda dos Expostos na cidade, que consistia em um artefato de madeira fixado ao muro ou janela da casa que recebia essas crianças, a Casa da Roda, o qual a criança era deixada e ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do lar, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada.

Sob subsídio do rei, a Santa Casa de Misericórdia aceitou a incumbência e em 1726 se instaurou a primeira Casa da Roda dos Expostos em Salvador. No ano de 1738 foi instalada a segunda Casa da Roda dos Expostos no Rio de Janeiro, sendo as próximas implantadas em Recife (1789) e em São Paulo (1825), no início do Império.

O modelo da Rodas dos Expostos, segundo Arantes (2012), teve sua origem na Idade Média, na Itália. Dentro dos mosteiros medievais ficavam os monges enclausurados e para evitar o contato com o mundo exterior, os alimentos, mercadorias e mensagens eram enviadas a eles através dos cilindros rotatórios de madeira. Como os mosteiros recebiam crianças doadas por seus pais para o serviço de Deus, muitos pais que “abandonavam” seus filhos utilizavam o recurso da roda para proteger seus bebês na casa, acreditando ser a Roda dos Expostos uma garantia de cuidado, batismo e educação aprimorada.

Segundo Marcílio (1997), a criança deixada na Roda dos Expostos era criada por uma ama-de-leite geralmente até os três anos. As amas eram, em sua maioria, mulheres pobres e sem instrução escolar, os pagamentos pelos serviços prestados eram pagos pela Casa da Roda e o período de cuidado aos pequenos poderiam se prologar, caso a instituição tivesse condições de pagar. De acordo com a autora, pelo fato das crianças serem cuidadas por amas-de-leite, muitas vezes acontecia que a mãe que abandonou o bebê se oferecesse à instituição como ama-de-leite de seu próprio filho. Por falta de

recursos financeiros, a instituição buscava empregar os órfãos rapidamente, seja como aprendizes, no caso dos meninos, que prestavam serviços nas Companhias de Marinheiros ou no Arsenal de Guerra, ou como domésticas, no caso das meninas.

Como após os três anos de idade era comum que as crianças não recebessem mais cuidados das amas e fossem remanejadas ao trabalho infantil em famílias, com os artesãos ou nas companhias de expostos, frequentemente os meninos fugiam do controle da Casa da Roda. Entretanto, as meninas, sob o incentivo do casamento, eram menos instáveis. A todo momento, porém, havia a possibilidade da criança se revoltar diante de sua história de vida agora marcada pelo trabalho infantil, fugindo para as ruas e reingressando no mundo do abandono. Os expostos ainda precisavam enfrentar os perigos decorrentes da sociedade escravista uma vez que, sem a proteção dos pais e circulando de casa em casa, as crianças mulatas e negras tornavam-se presas fáceis para os mercadores de escravos.

Com a Independência do Brasil continuaram a funcionar as três rodas coloniais. Todavia, as Câmaras Municipais apresentavam muita resistência à incumbência de assistir às crianças abandonadas. Com isso, os membros das Câmaras aprovaram a “lei de Municípios”, no ano de 1828, que possibilitava que algumas câmaras se eximissem dessa obrigação, sendo possível utilizar os serviços para a instalação da Roda e assistência aos enjeitados em todas as cidades que tivessem uma Santa Casa da Misericórdia.

De acordo com Venâncio (1999, as cited in Miranda, 2005), os possíveis destinos das crianças que sobrevivem as instituições de assistência do período colonial ao império (XVIII a XIX) foram: a volta aos pais, a escravidão; compadrio como uma forma de adoção popular; trabalho doméstico e locação de serviços; recolhimento em colégios de órfãos; formação de artesãos; e, mais comumente, a evasão para as ruas.

Ainda no Império, mais precisamente em 28 de setembro de 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, previa que todos os

filhos de mulheres escravas estariam livres a partir da data de promulgação da lei. No entanto, as crianças livres deviam ficar sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais teriam a obrigação de criá-los e tratá-los até seus oito anos de idade completos. Ao chegar a esta idade, o senhor da mãe teria a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600.000 réis, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No caso de o senhor optar pela indenização, o Governo recebia a criança e a encaminhava para Casa da Roda onde, por conta da idade, não teria os cuidados específicos dedicados pelas amas-de-leite, conforme dito anteriormente.

Durante 50 anos, crianças negras “livres” foram encaminhadas para as Casas da Roda de Expostos espalhadas pelo Império, apenas em 1888, aconteceu a Abolição da Escravatura que garantia alforria aos negros e negras escravizados por mais de 300 anos. Entretanto, apesar de ter alforria, os ex-escravos não tinham moradia, dinheiro, alimentação, roupas, educação e lazer, tendo sua liberdade forjada, os alforriados migraram para o morros e cortiços.

No início da 1ª República, a infância era considerada como um problema social visto através do desamparo e da delinquência, sendo “tratadas” através das instituições correcionais, para reabilitação pelo trabalho e instrução, administradas pelo poder público, higienistas, filantropos e instituições de caridade. No ano de 1921 houve uma modificação no Código Civil que contemplava o “menor abandonado”; em 1923 ocorreu a criação do juizado de Menores do Distrito Federal; e em 1927 foi aprovado o Código de Menores, que tinham como público-alvo pessoas menores de dezoito anos, de ambos os sexos que fossem abandonados ou delinquentes. Durante esta época era comum a prática do recolhimento dos menores em delegacias especiais, o encaminhamento para os reformatórios e o tratamento com violência, uma vez que o “menor” era visto como marginal. Foi na década de 30 que, com a grande demanda de força de trabalho nas

fábricas, que mulheres e crianças foram incorporados ao trabalho, e, por conseguinte, houve a retirada de “menores” da ociosidade e das ruas, sendo o trabalho infantil supervisionado e legitimado pelo Poder Público em 1938.

Na década de 60, com a instauração do Regime Militar, a criança em situação de rua era vista como um problema de segurança nacional, sendo passível de intervenção e normalização. Para isto, foram criadas a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) que tinha como parâmetro, o modelo carcerário e repressivo, internando crianças e adolescentes em larga escala nas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs).

Na década de 80, a questão das crianças de rua no Brasil assumiu dimensões que a trouxeram ao centro da atenção internacional e das preocupações nacionais: o número de crianças e adolescentes nas ruas dos grandes centros aumentou visivelmente, e, paralelamente, aumentaram os casos de violência praticados contra meninos e meninas de rua, a ponto de se configurarem como quadro de extermínio. Foi na década de 90 que nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que segundo Gadotti (2015), foi resultado de incansáveis articulações e muita luta da sociedade civil na busca pela redemocratização e conquista de novos direitos no Brasil. Muitos debates antecederam a criação do ECA, especialmente a partir de 1985, com a criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR). Foi em 1988 com a promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988) que o processo de construção do ECA começou a se concretizar, através do artigo 277 que reconhece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Segundo Gadotti (2015), a nova constituição pós fim a doutrina do Código de Menores que concebia crianças e adolescentes vivendo em “situação irregular” como “objetos” de intervenção dos adultos e do Estado, por não serem respeitado enquanto “sujeito de direitos”.

O ECA constitui um importante passo no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, convocando a sociedade em sua totalidade à responsabilidade e estabelecendo os direitos das crianças e adolescentes como prioridade absoluta, partindo da ideia de que criança enquanto ser humano em fase de desenvolvimento necessita que todas as condições para o seu pleno desenvolvimento sejam asseguradas.

Durante os 26 anos de existência do ECA foi possível conseguir alcançar várias conquistas relacionadas a participação e controle social, que vão desde a criação dos conselhos dos direitos da Criança e do Adolescente nas três esferas federais (municipal, estadual e nacional) – têm o intuito de formular, deliberar e avaliar às políticas sociais para a infância e adolescência – até planos como: Plano de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Plano de Enfrentamento a Exploração e Violência Sexual; as diretrizes para as medidas socioeducativas de internação, relacionadas ao ato infracional; Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, entre outros.

Todavia, o ECA ainda tem muito desafios a frente, sobretudo no que se refere a proteção integral das camadas mais pobres. Em Campina Grande é bem evidente, considerando os casos acompanhados em estágio, a desarmonia da ferramenta jurídica que o ECA se propõe na defesa dos direitos da criança e do adolescente e as práticas sociais de inúmeras políticas públicas que reproduzem modelos assistencialistas carentes

de uma visão emancipadora que possibilite a superação da opressão em todas as formas que ela se apresenta.

### **3. Atuação da Psicologia no Programa Ruanda: relato de experiência**

As atividades desenvolvidas ao longo do estágio tiveram como embasamento teórico-metodológico a Psicologia Social Comunitária, bem como elementos da Arte-identidade.

A Psicologia Social Comunitária configura-se como uma área da Psicologia Social que estuda os significados, sentidos individuais e coletivos do modo de vida da comunidade (Góis, 2005), e busca a transformação social e construção de sujeitos comunitários, problematizadores e protagonista da mudança de suas realidades através de metodologias participativas.

A Psicologia Social Comunitária propõe uma *práxis* libertadora que tem como objetivo primordial a transformação social tanto pessoal quanto coletiva. Para tanto, considera as potencialidades e fragilidades da comunidade a qual o psicólogo está engajado, tendo como ponto de partida conhecer a dinâmica da comunidade.

A Psicologia Social Comunitária, no âmbito desse estágio, se compromete ético-politicamente com a mudança social da realidade vivenciadas pelas crianças e adolescentes em situação de rua, por isso, para além de considerar os fatores socioeconômicos, a Psicologia Social Comunitária visa construir individual ou coletivamente estratégias de enfrentamento a opressão, exclusão, vulnerabilização e violação de seus direitos. Através do emponderamento, por exemplo, o sujeito em situação de rua passa a visualizar-se enquanto protagonista de sua história e, portanto, conhecedor de seus direitos e responsável por suas escolhas.

A prática da Psicologia Social Comunitária comumente utiliza as diversas metodologias participativas como ferramentas facilitadoras na construção de espaços de diálogo na produção de cuidado, de estabelecimento de vínculo e de estratégias de enfrentamento aos diferentes tipos de vulnerabilidade e violação de direito. A Arte-identidade é uma das técnicas de intervenção que podem ser usadas na Psicologia Social Comunitária enquanto proposta pedagógica e terapêutica de expressão, recriação e fortalecimento da identidade pessoal e coletiva através da arte. Segundo Góis (2012),

A identidade, vista a partir da vivência e não do significado, é arte-identidade, um processo de recriação permanente de si mesmo a partir de sua possibilidade e multiplicidade de manifestação mediante a expressão artística. Por meio da arte é possível a renovação existencial do indivíduo, a superação do seu medo e da angústia, de sua ansiedade e destrutividade. (p.47).

Através da utilização da arte enquanto ferramenta facilitadora da comunicação foi possível realizar o estabelecimento de vínculo entre as crianças e adolescentes em situação de rua entre si, com as estagiárias e o fortalecimento de vínculo com a equipe de educadores sociais.

### **3.1. Diagnóstico Situacional do processo de trabalho no Programa Ruanda**

Por meio da observação participante foi possível conhecer a rotina da equipe profissional, as práticas instituídas na abordagem de rua, o relacionamento da equipe de trabalho com as crianças e adolescentes em situação de rua e pensar os desafios e possibilidades que o programa enfrenta. A observação participante é uma técnica de pesquisa realizada, sobretudo, pelo contato direto e prolongado com os atores sociais, que se inicia desde o primeiro momento em que se chega ao campo, com o reconhecimento do espaço e interação com os sujeitos envolvidos (Minayo, 2010).

A observação participante inicialmente passa por uma fase descritiva em que o objetivo é ter um panorama geral da dinâmica do campo, a partir do contato com o campo e seus atores, o observador volta seu olhar à um determinado foco com o intuito de refinar suas observações para posteriormente elaborar um diagnóstico das necessidades do campo e registra suas observações no diário de campo. Ou seja, uma etapa essencial na construção de uma proposta interventiva que se preocupa com as questões e o contexto em que os atores sociais estão inseridos (Minayo, 2010)

A construção do diagnóstico situacional se deu durante o mês de novembro de 2015 até o mês de março de 2016 com a primeira etapa do estágio em que o objetivo principal era conhecer o serviço, suas demandas, fragilidades e potencialidades. Durante esse período foi possível entender a dinâmica de trabalho dos diversos grupos de educadores que formam o Ruanda. Dividida em seis grupos de dois a três educadores sociais que se revezam entre o turno da manhã e da tarde, a equipe do Programa Ruanda é formada por quatro assistentes sociais, quatro pedagogas, nove educadores sociais, três assistentes administrativas e um coordenador. No atual quadro profissional do Programa Ruanda prevalece uma considerável quantidade de educadores sociais de nível médio que, sem capacitação e presença de profissionais especializados, encontram dificuldades ao realizar a abordagem na rua.

Longe do quadro essencial de profissionais (educador físico, psicólogo, assistente social, pedagogo e educadores sociais) previstos no regimento de sua criação, o Programa Ruanda é mais um serviço municipal em que os vínculos empregatícios se dão, em sua maioria, através de indicações de lideranças políticas ou tem sido uma solução para receber os profissionais que foram remanejados para o serviço por conflitos internos em seus locais de trabalho. Isso implica considerar a inexistência de um processo seletivo e/ou capacitação como pré-requisito para ocupar o cargo, o que dificulta bastante o

andamento do trabalho no serviço em função da falta de entendimento sobre as atribuições da função ocupada, da dificuldade no relacionamento com o público-alvo do Programa Ruanda e na abordagem que não tem sido baseada em metodologias efetivas de aproximação do público-alvo em prol da consecução dos objetivos do programa, mas amparada no senso comum, discurso moral e religioso que compromete a efetividade das ações da equipe.

Para além da problemática do processo empregatício, as condições de trabalho não são adequadas visto que o trabalho realizado nas ruas exige que os profissionais se desloquem a pé entre as áreas de abordagem, muitas vezes tendo que lidar com as adversidades climáticas, que envolvem principalmente a exposição a chuva e ao sol. Além disso, as equipes de abordagem de rua estão suscetíveis a situações de risco pela falta de segurança e também necessitam lidar com a pressão dos comerciantes que solicitam do Programa Ruanda soluções para a prevenção dos atos infracionais praticados pelas crianças e adolescentes em situação de rua. Por último, mas não menos importante, a inexistência de direitos trabalhistas também são fatores que contribuem para a desmotivação do profissional que atua nesse programa.

No que se refere a abordagem de rua, a equipe parece ter estagnado nos seus objetivos iniciais: cadastrar, monitorar e encaminhar as crianças e adolescentes em situação de rua para os serviços da rede do SUAS, SUS e escolas. Muito se sabe sobre a situação do público atendido, mas pouco se constrói sobre as possibilidades de intervenção, seja por falta de interesse, por considerar que faltam habilidades para manejar uma intervenção, por falta de conhecimento/leitura sobre o assunto, por se confundir liberdade e negligência no trabalho; por existirem estímulos mais interessantes no ambiente da rua do que crianças e adolescentes no uso e abuso de drogas, na prática

de pequenos atos infracionais que popularmente são considerados um perigo a sociedade; ou até mesmo por falta de incentivo a construção dessas intervenções.

A violência é uma questão ambivalente, ao passo que, por uma questão de segurança, os educadores são instruídos a não permanecerem em locais que ponham em risco à sua segurança (locais com briga, polícia, etc.), eles se ausentam desses espaços, por se fixarem à ideia de perigo eminente. Evidencia-se aqui que o que está sendo questionado é a justificativa que o profissional usa para se ausentar de sua responsabilidade profissional.

No que se refere a atuação da equipe, as intervenções devem ser pensadas a partir de uma compreensão multidimensional da realidade dos sujeitos, o que segundo Moisés e Ximenes (2010) “leva em consideração os diversos processos envolvidos no evento, mesmo que estes se apresentem de modo contraditório” (p. 2). Uma vez que o Programa Ruanda atende um público em situação de rua vítima da vulnerabilidade social e violações de direitos, se faz necessário que sua *práxis* seja complexa e envolva o trabalho com a família, com a escola, com os dispositivos da assistência social, com a rede do SUS e com outras instâncias, quando necessário, em prol da elaboração de um projeto de vida que promova a transformação da realidade social e subjetiva dos usuários do Programa Ruanda.

A falta de capacitação especializada se reflete não só na condução das abordagens como também na preparação dos projetos e relatórios. A equipe apresenta dificuldade metodológica para embasar teoricamente a prática, inclusive dos profissionais de nível superior. Aparentemente a prática profissional de boa parte da equipe é embasada nas experiências de vida dos profissionais e no senso comum.

Com as diversas fragilidades apontadas, foi possível traçar um Projeto de Intervenção (PI) que buscasse envolver tanto os usuários do programa quanto a equipe de

profissionais. Esse PI utilizou recursos metodológicos da Arte-identidade para embasar uma prática da Psicologia Social Comunitária. As intervenções elaboradas visavam propor práticas não convencionais utilizando outros saberes. A Psicologia Social Comunitária somada aos elementos da Arte-identidade como técnica expressiva possibilitou a criação de vínculo e aproximação das realidades vividas pelas crianças e adolescentes em situação de rua.

### **3.1. Intervenções da Psicologia no Programa Ruanda**

Diante das fragilidades encontradas durante a observação participante, as duas estagiárias, sob orientação da professora de Psicologia da UFCG Maristela Moraes, elaboraram o PI com o objetivo de estabelecer vínculo entre a equipe de estágio e as crianças e adolescentes em situação de rua assistidas pelo Programa Ruanda. Além disso objetivou-se também proporcionar diálogo entre as estagiárias e as crianças e adolescentes atendidas pelo Programa Ruanda; oferecer, ainda que minimamente, acesso à informação, lazer e cultura; e, por fim, propiciar aos usuários do programa um espaço de expressão dos sentimentos, pensamentos e sonhos.

As intervenções tiveram início no dia 14 de março de 2016 e foram finalizadas no dia 13 de maio de 2016, sendo realizadas sempre no turno da tarde, geralmente na segunda-feira e quarta-feira, de 13h30 às 17h00.

Na primeira intervenção foi utilizado os recursos de desenho e pintura livre com papel ofício lápis de cor, lápis grafite, giz de cera e da modelagem com massa de modelar (Apêndice I). Inicialmente apenas uma adolescente aderiu a atividade do desenho livre, todavia dois outros adolescentes permaneceram por perto e posteriormente acabaram se interessando pela atividade também. Neste momento, as estagiárias ainda modelaram

bonecos em miniatura e deram aos adolescentes e também fizeram caricaturas deles, sendo estes últimos o ponto crucial para despertar o interesse desses três adolescentes nas atividades que ocorreram posteriormente. Percebe-se o início do processo de criação de vínculo.

A segunda intervenção utilizou dos recursos do desenho dirigido tendo como tema os sonhos de vida (Apêndice II). Na ocasião, apesar de mais adolescentes estarem presentes apenas um deles aceitou realizar a atividade e os outros presentes preferiram desenhar livremente. Durante as intervenções, as estagiárias não realizaram nenhum tipo de interpretação do desenho, no entanto, os adolescentes foram convidados a falar sobre o seu desenho e o que ele representava. No desenho da adolescente haviam nuvens, uma casa colorida e flores e quando perguntada sobre o seu sonho a adolescente relatou que seu sonho era se livrar do tiner e para que isso acontecesse ela precisaria ficar em casa e não voltar mais às ruas, relatando ainda que por enquanto ela não estava trabalhando na realização deste sonho.

Na terceira intervenção haviam mais de dez adolescentes que se dividiram entre a oficina de origami (Apêndice III) e desenho livre (Apêndice I). A oficina de origami tinha como proposta confeccionar o famoso pássaro japonês tsuru e apenas um adolescente quis aprender a técnica do origami, ao final da oficina, outros adolescentes se interessaram pelo pássaro e a oficina foi repetida mais de 4 vezes até todos os interessados conseguirem construir o tsuru.

A quarta intervenção se deu através do desenho livre e do desenho dirigido “O que minha mão aprendeu a fazer? O que minha mão ainda pode aprender a fazer?” (Apêndice V) que consiste em resgatar a história de vida dos participantes, bem como sua visão de futuro, através do protagonismo, autoconhecimento e da autoestima e propicia integração entre os participantes, contribuindo para o fortalecimento de vínculos entre eles. Para sua execução é necessário lápis diversos e folhas. Todavia, o trabalho na rua está sujeito a vários fatores que podem dificultar a intervenção e sua execução foi



interrompida por uma senhora que passava no local a procura de um adolescente atendido do Programa Ruanda. Após a saída da transeunte, a atividade teve continuidade.

Ao longo da intervenção foi possível perceber que os participantes têm mais facilidade de falar do seu futuro do que o passado. Durante a intervenção os adolescentes apresentaram resistência em falar sobre o que haviam aprendido e conversando foi possível elencar suas aprendizagens, que foram: estudar, confeccionar carros, cozinhar, “viajar” nos pensamentos e soltar pipa. Sobre os seus desejos de aprendizagens futuras, os adolescentes tiveram muita facilidade para falar de seus planos e registraram interesse no casamento, na profissão de policial, em aprender a dirigir e ter um carro importado e em ter um bar.

No quinto encontro, haviam mais dez adolescentes na praça que participaram da intervenção utilizando o desenho livre (Apêndice I) na ocasião os adolescentes ainda optaram por usar cola colorida e *glitter*, a intervenção não foi finalizada com sucesso, o manejo da intervenção saiu do controle quando adolescentes que não estavam participando da intervenção se interessaram em desenhar as siglas de uma torcida organizada da cidade desconcentrando adolescentes que realizavam a atividade.

No último dia de intervenção, as estagiárias junto aos educadores sociais realizaram um piquenique de encerramento e na ocasião participaram apenas três adolescentes da confraternização. Foi explicado aos adolescentes a função do estágio de conclusão de curso e que chegava a hora de sua finalização, no início ficaram apreensivos pois compreenderam como fim do Programa Ruanda, então foi esclarecido que o estágio é a um espaço de aprendizagem de atuação da Psicologia que estabelece uma carga horária e que neste momento as estagiárias se preparavam para o fim do curso.

#### **4. Considerações finais**

As intervenções elaboradas visaram propor práticas não convencionais utilizando outros saberes. A Psicologia Social Comunitária somada aos elementos da Arte-identidade como técnica expressiva possibilitou a criação de vínculo e aproximação das realidades vividas pelas crianças e adolescentes em situação de rua. Os adolescentes se expressaram espontaneamente através da pintura permitindo a criação do vínculo individual entre cada participante com as estagiárias e possibilitando o fortalecimento do vínculo entre os membros do grupo.

A ausência do olhar da Psicologia na abordagem de rua, acaba por focar o atendimento nas demandas próprias da assistência social focalizando no preenchimento de uma ficha cadastral extensa e repleta de encaminhamentos que parecem não ser atendidos pelos serviços da rede SUAS. A escuta especializada própria da Psicologia permitiria que, longe dos discursos morais e de senso comum, o profissional estabelecesse vínculo com o usuário do serviço para compreender o contexto em que as crianças e adolescentes em situação de rua estão inseridos.

Apesar das contingências que a abordagem de rua apresenta, – chuva, sol, pessoas circulando no ambiente da intervenção o tempo todo e até mesmo intervindo, o uso e abuso de drogas durante as intervenções por parte das crianças e adolescentes, a falta de interesse de parte da equipe de educadores sociais em estar desenvolvendo as atividades propostas – foi possível perceber que o trabalho na rua é possível de ser realizado. Além disso, o Programa Ruanda é, além de executável, necessário, uma vez que o programa é a porta de entrada para o sistema de garantia de direito para essas crianças e adolescentes em situação de rua e parece ser o único serviço preocupado com essa questão.

Durante o processo de realização das intervenções, as estagiárias passaram por diferentes equipes de educadores sociais e em alguns momentos sentiram dificuldade na realização do trabalho em grupo, visto que alguns profissionais se abstinham de participar das intervenções e interrompiam a atividade constantemente alegando periculosidade no local, solicitando nome e endereço dos adolescentes às estagiárias, descreditando no trabalho proposto e contribuindo para o encerramento precoce da intervenção. Todavia, em nenhum momento as estagiárias sentiram estar em ambiente de periculosidade durante as intervenções.

Tendo em vista a escassez de trabalhos publicados na área da assistência social que descrevesse as intervenções da Psicologia neste contexto de atuação, este relato de experiência preocupou-se em contribuir academicamente com a publicação de um estudo acerca da prática da psicologia em um dos dispositivos da assistência social descrevendo intervenções com crianças e adolescentes em situação de rua. Não obstante, este trabalho também objetivou realizar intervenções que possibilitassem dar vez e voz às crianças e adolescentes em situação de rua que fazem parte de uma população marginalizada socialmente e que necessitam de um olhar humanizado em relação a vulnerabilidade e violação de direitos que estão vivenciando.

O desenvolvimento de um trabalho implicado com os contextos que o público-alvo está inserido é possível através da Psicologia Social Comunitária e outras metodologias participativas tais como terapia comunitária, tenda do conto, teatro do oprimido, biodança, entre outras metodologias que ofereçam espaços de expressão e construção de saberes na promoção de um projeto de vida para as crianças e adolescentes em situação de rua juntamente com suas famílias e os dispositivos que forem necessários para a garantia dos direitos previstos no ECA.

## 5. Referências

- Arantes, E. M. M. (2012). Prefácio. In: L. R. Cruz & N. Guareschi (Eds). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (pp. 7-11). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Barbosa, R. S. (2014) “*Território dos excluídos*”: *As territorializações de crianças e adolescentes em situação de risco no espaço urbano de Campina Grande – PB* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)
- Recuperado de:
- <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11060/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Renata%20da%20Silva%20Barbosa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Brasil. Constituição de 5 de outubro de 1988. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069*, de 13 de julho de 1990. (1990). Brasília, DF: Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. (1993). Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Brasília, DF. Recuperado em 28 de fevereiro, 2016, de <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos--Humanos--no--Brasil/loas--lei--organica--da--assistencia--social.html>.
- \_\_\_\_\_. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. (2004). *Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

- Carvalho, G. F. (2008). *A Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito* (Monografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil).  
Retirado de: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>.
- Couto, B. R. (2012) O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: L. R. Cruz & N. Guareschi (Eds). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (pp. 41-55). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cruz, L. R., Guareschi, N. (2012) A constituição da assistência social como política pública interrogações à psicologia. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Eds). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (pp.13-40). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gadotti, M. (2015). ECA - avanços e desafios. In: Vieira, A. L., Pini & F., Abreu, J. (Eds.). *Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)* (pp. 14-19). São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire.
- Góis, C. W. de L. (2012) *Psicologia clínico-comunitária*. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Marcilio, M.L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In M. Freitas (Ed.). *História Social da Infância no Brasil* (pp. 53-79). São Paulo, SP: Cortez.
- Minayo, M. C. S. (Ed.). (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (29th. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. Recuperado de:

[http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/2SF/Pesquisa\\_Social.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/2SF/Pesquisa_Social.pdf).

Miranda, S. G. (2005). *Criança e adolescente em situação de rua: políticas e práticas sócio pedagógicas do poder público em Curitiba* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil). Recuperado de <http://hdl.handle.net/1884/7416>.

Moisés, T. F., Ximenes, V. M. (2010). Práticas complexas em Psicologia Comunitária: análise e vivência dos modos de vida da comunidade. In *Anais da Conferência Internacional sobre os Setes Saberes necessários à Educação do Presente*. Fortaleza, CE. Recuperado de <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/519-06082010-115825.pdf>.

Nepomuceno, L. B., Ximenes V. M., Cidade, E. C., Mendonça, F. W. O. & Soares, C. A. (2008). Por Uma Psicologia Comunitária como Práxis de Libertação. *Psico*, 39(4), 456-464. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161531.pdf>.

Oliveira, F. P., Ximenes; V. M., Coelho, J. P. L & Silva, K. S. (2008). Psicologia Comunitária e Educação Libertadora. *Psicologia: teoria e prática*, 10(2), 147-161. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872008000200012&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200012&lng=pt&tlng=pt).

## **APÊNDICE I – INTERVENÇÃO 1: PINTURA LIVRE E MODELAGEM**

**ESTAGIÁRIAS:** Ana Beatriz Medeiros e Wéryka Cristina da Silva Dantas

**1. Público-alvo:** Crianças e adolescentes em situação de rua

**2. Objetivos da intervenção:**

- a) estimular o desenvolvimento do potencial pleno dos participantes enfatizando a observação, a criatividade, a autoconfiança e o esforço pessoal.
- b) estabelecer vínculo entre os participantes e equipe de estágio.

**3. Instrumentos/materiais utilizados:**

Para realização da intervenção foram necessárias folhas de ofício e lápis de cor e giz de cera e massa de modelar.

**4. Procedimentos:**

Pediu-se aos adolescentes que eles desenhassem livremente e utilizassem os recursos disponíveis nas caixinhas e no estojo.

**5. Resultados obtidos**

Inicialmente apenas uma adolescente aderiu a atividade do desenho livre, todavia outros dois adolescentes permaneceram por perto e posteriormente acabaram se interessando pela atividade também. Neste momento, as estagiárias ainda modelaram bonecos em miniatura e deram aos adolescentes e também fizeram caricaturas deles, sendo estes últimos o ponto crucial para despertar o interesse desses três adolescentes nas atividades que iriam ocorrer. Foi então que se iniciou o processo de criação de vínculo.

## **APÊNDICE II - INTERVENÇÃO 2: DESENHO DIRIGIDO (TEMA: SONHOS)**

**ESTAGIÁRIAS:** Ana Beatriz Medeiros e Wéryka Cristina da Silva Dantas

**1. Público-alvo:** Crianças e adolescentes em situação de rua

### **2. Objetivos da intervenção:**

- a) estimular o desenvolvimento do potencial pleno dos participantes enfatizando a observação, a expressão, a comunicação, a criatividade, a autoconfiança e o esforço pessoal.
- b) estabelecer vínculo entre os participantes e equipe de estágio.

### **3. Instrumentos/materiais utilizados:**

Para realização da intervenção foram necessárias folhas de ofício e lápis de cor e giz de cera.

### **4. Procedimentos:**

Pediu-se que a participante fizesse um desenho que representasse o seu sonho e colorisse com as cores que desejasse, após a finalização do desenho foi pedido que a participante nos contasse como aquele desenho representava seu sonho, se ela tinha conhecimento de como conseguir alcançar seu sonho e o que ela estava fazendo hoje na busca por essa realização.

### **5. Resultados obtidos**

Na ocasião, apesar de mais adolescentes estarem presentes apenas G. aceitou realizar a atividade e os outros presentes preferiram desenhar livremente. Durante as intervenções, as estagiárias não realizaram nenhum tipo de interpretação do desenho, no entanto, os adolescentes foram convidados a falar sobre o seu desenho e o que ela representava. No desenho da adolescente haviam nuvens, uma casa colorida e flores, perguntada sobre o seu sonho a adolescente relatou que seu sonho era se livrar do tiner e para que isso acontecesse ela precisaria ficar em casa e não voltar mais às ruas, relatando ainda que por enquanto ela não estava trabalhando na realização deste sonho.



## **APÊNDICE III – INTERVENÇÃO 3: ORIGAMI (PÁSSARO TSUSRU)**

**ESTAGIÁRIAS:** Ana Beatriz Medeiros e Wéryka Cristina da Silva Dantas

**1. Público-alvo:** Crianças e adolescentes em situação de rua

**2. Objetivos da intervenção:**

- a) estimular o desenvolvimento do potencial pleno dos participantes enfatizando a observação, a criatividade, a autoconfiança e o esforço pessoal.
- b) estabelecer vínculo entre os participantes e equipe de estágio.

**3. Instrumentos/materiais utilizados:**

Para realização da intervenção foram necessárias folhas de ofício e lápis de cor e giz de cera.

**4. Procedimentos:**

O facilitador devia ensinar todo o processo de como fazer cada dobradura e ao final que todos conseguirem montar o origami, as crianças e adolescentes puderam enfeitar com as cores e formas que quisessem.

**5. Resultados obtidos**

A oficina de origami tinha como proposta confeccionar o famoso pássaro japonês tsuru e apenas um adolescente quis aprender a técnica do origami, ao final da oficina, outros adolescentes se interessaram pelo pássaro e a oficina foi repetida mais de 4 vezes até todos os interessados conseguirem construir o tsuru.

## **APENDICE IV – INTERVENÇÃO 4: “O QUE MINHA MÃO APRENDEU A FAZER? O QUE MINHA MÃO PODE APRENDER A FAZER?”**

**ESTAGIÁRIAS:** Ana Beatriz Medeiros e Wéryka Cristina da Silva Dantas

**1. Público-alvo:** Crianças e adolescentes em situação de rua

### **2. Objetivos da intervenção:**

- a) Resgatar a história de vida dos participantes, bem como sua visão de futuro, através do protagonismo, autoconhecimento e da autoestima;
- b) Propiciar integração entre os participantes, contribuindo para o fortalecimento de vínculos entre eles;

### **3. Instrumentos/materiais utilizados:**

Para realização da intervenção foram necessárias folhas de ofício e lápis de cor, lápis grafite e giz de cera.

### **4. Procedimentos:**

Foi solicitado para cada participante desenhar na folha um molde de sua mão esquerda e outro da direita e em seguida solicitamos a cada participante que escrevesse ou desenhasse o que sua mão já aprendeu (jogou pipa, brincou de bola de gude, ajudou alguém, etc.) em um dos moldes e no outro molde escrevesse ou desenhasse o que eles acreditavam e/ou gostariam que sua mão ainda poderia aprender (estudar, desenhar, aprender a fazer artesanato, etc.). Ao longo da atividade, refletiu-se junto aos participantes sobre como eles se vislumbram o futuro e como eles compreendiam seu passado.

### **5. Resultados obtidos**

Ao longo da intervenção foi possível perceber que os participantes têm mais facilidade de falar do seu futuro do que o passado. Durante a intervenção os adolescentes apresentaram resistência em falar sobre o que haviam aprendido e conversando foi possível elencar suas aprendizagens, que foram: estudar, confeccionar carros, cozinhar, “viajar” nos pensamentos e soltar pipa. Sobre os seus desejos de aprendizagens futuras, os adolescentes tiveram muita facilidade para falar de seus planos e registraram interesse no casamento, na profissão de policial, em aprender a dirigir e ter um carro importado e em ter um bar.